



LEI Nº 1415/2015

SÚMULA: AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE ÁREA DE TERRAS A EMPRESA ANDERSON MARAES DE LIMA – 08905167900, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica pela presente Lei, e com base na Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à empresa **ANDERSON MARAES DE LIMA – 089.051.679-00**, inscrita no CNPJ sob nº 20.212.371/0001-44, localizada à Rua Katsuo Nakata, nº 216, nesta Cidade de Iporã, Estado do Paraná, uma área de terras constituída pelos Lotes de Terras nº **06 da quadra 06**, com a área total de **1.102,68 m²** localizado no Parque Industrial Edivar Sávio Polli, com os seguintes limites e confrontações:

- LOTE 06 DA QUADRA 06:

NORTE: com o rumo de **NO 55°03'**, na distância de **54,75 metros**, confrontando com o Lote nº **05**, desta quadra;

LESTE: com o rumo de **NE 32°44'**, na distância de **20,01 metros**, confrontando com o prolongamento da Rua Katsuo Nakata;

SUL: com o rumo de **NO 55°33'**, na distância de **55,52 metros**, confrontando com o Lote nº **07**, desta quadra;

OESTE: com o rumo de **NE 34°57'**, na distância de **20,00 metros**, confrontando com o Lote nº **20**, desta quadra.

§ 1º - A presente Lei de Cessão de Uso é feita com base no art. 58 e seus parágrafos da Lei 002/2009, de 22/12/2009, combinada com a Lei nº 1.095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.281/2013.

§ 2º - Que a empresa beneficiada pela presente Cessão de Uso terá por obrigação o contido no artigo 11, alíneas “a” a “e” e seus parágrafos, sob pena de não o fazendo, a cessão e suas benfeitorias incorporadas retornarem ao poder da administração municipal.

Art. 2º - Nos termos da Lei nº 1.095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.281/2013, fica obrigado à empresa as seguintes condições específicas:

§ 1º - Início das obras em até 60 (sessenta) dias, após publicação da lei e conclusão das obras em até 06 (seis) meses.

§ 2º - Não utilizar do imóvel como residência, moradia ou alojamento



mesmo que de forma temporário.

§ 3º - No prazo do § 1º, construir cerca, muro, alambrado ou outra forma de demarcação elevada que possa impedir a entrada de transeuntes e animais de pequeno e grande porte.

§ 4º - Preservar a área cedida, mantendo-a limpa e em bom estado de conservação.

Art. 3º - O imóvel objeto desta cessão somente poderá ser transferido pelo Município à cessionária por instrumento público, após o decurso do prazo de até 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Lei, fazendo-se constar na mesma as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e impossibilidade de hipoteca do mesmo, e verificado o cumprimento de todas as obrigações do art. 11 e seguintes da Lei Municipal nº 1095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

Art. 4º - O Executivo Municipal fica autorizado a especificar os dados relativos aos imóveis, seus valores, memoriais e metragens, inclusive podendo corrigir eventuais erros nos mesmos, de forma a possibilitar seu registro cartorial.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

<i>Publicado (a) no Diário Oficial dos Municípios do Paraná</i>
Órgão Oficial do Município de Iporã
Edição nº. 0796 Páginas: 71/72 Ano: IV
Data: 22/07/2015
<i>Publicado por: Antenor Xavier de Souza</i> <i>Código Identificador: ECD682A8</i>

ROBERTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL